



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Ciclo De Capacitação Em Direito Civil – Direito Imobiliário

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 07 de abril a 04 de junho de 2025		
DATA E HORÁRIO	De 09 de junho a 04 de julho 2025 Aulas síncronas: dias 16, 23 e 30 de junho, das 11h às 12h30min.		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Os precedentes como mecanismo de apresentação dos pontos: Locações e Condomínio Edifício; Incorporação Imobiliária; Tutela possessória e Usucapião.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Direito, Economia e aplicações práticas		
JUSTIFICATIVA	<p>O Poder Judiciário, todos os dias, recebe um enorme volume de ações que tratam da temática imobiliária. A proposta de revisão do Código Civil apresenta novas definições sobre institutos possessórios, novos olhares sobre a propriedade fiduciária, o registro imobiliário e a compra e venda e, em grande medida, vem ao encontro da forma como os precedentes jurisprudenciais tratam o direito imobiliário.</p> <p>Por esta razão, a compreensão dos institutos impactados pela revisão do Código Civil, no contexto de aplicação dos precedentes se faz fundamental para preparar os magistrados para julgar as questões postas sob as luzes da nova legislação.</p>		

	Diante dos desafios da verticalização do conhecimento jurídico, o curso se propõe apresentar à Magistratura os principais precedentes e entendimentos sobre os assuntos mais recorrentes.
OBJETIVO GERAL	O(s) magistrado(a) estará apto a avaliar as dinâmicas do mercado imobiliário submetidas comumente ao Poder Judiciário, relativas às ações judiciais envolvendo os temas de Locações e Condomínio Edifício, Incorporação Imobiliária e Tutela Possessória e Usucapião, para a tomada de decisão e julgamento de acordo com as regras e precedentes judiciais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>Ao final do módulo 1, o(a) magistrado(a) será capaz de analisar e aplicar os principais entendimentos no que diz respeito ao tema Locações e Condomínio Edifício.</p> <p>Ao final do módulo 2, o(a) magistrado(a) será capaz de analisar e aplicar os principais entendimentos no que diz respeito ao tema Incorporação Imobiliária.</p> <p>Ao final do módulo 3, o(a) magistrado(a) será capaz de analisar e aplicar os principais entendimentos no que diz respeito ao tema Tutela Possessória e Usucapião.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Cristina Serra Feijó Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Direito Civil Constitucional UERJ). LLM - Gestão Executiva Empresarial (FGV). Ingressou na Magistratura em 1993, após quatro anos atuando como defensora pública. Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça em 2002/2003, juíza auxiliar da Terceira Vice-Presidência do TJRJ entre 2007 e 2009 e juíza membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE) entre 2017 e 2019. Desde março deste ano, atuava como juíza desembargadora substituta (JDS) junto à 15ª Câmara Cível do TJRJ. Possui Formação de Formadores.</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/4637859999105335</p>
TUTORIA	<p>Carlos Gabriel Feijó de Lima Advogado, Sócio da Bragança & Feijó - Sociedade de Advogados. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, LLM em Direito e Negócios pela FGV, especialização em Direito Privado Patrimonial pela PUC-Rio, Especialização em Direito Imobiliário pela UCAM e Especialização em Direito Processual e Direito Civil pela UCAM Professor dos programas de pós-graduação, extensão e cursos da PUC-Rio, EMERJ, NUFEI/ABADI e ESA/RJ. Diretor de Assuntos Legislativos da ABAMI. Vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/RJ. Possui Formação de Formadores.</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/5971799409212650</p>
DOCENTES	<p>Cristina Serra Feijó Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Direito Civil Constitucional UERJ). LLM - Gestão Executiva Empresarial (FGV). Ingressou na Magistratura</p>

	<p>em 1993, após quatro anos atuando como defensora pública. Foi juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça em 2002/2003, juíza auxiliar da Terceira Vice-Presidência do TJRJ entre 2007 e 2009 e juíza membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE) entre 2017 e 2019. Desde março deste ano, atuava como juíza desembargadora substituta (JDS) junto à 15ª Câmara Cível do TJRJ. Possui Formação de Formadores.</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/4637859999105335</p> <p>Carlos Gabriel Feijó de Lima Advogado, Sócio da Bragança & Feijó - Sociedade de Advogados. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, LLM em Direito e Negócios pela FGV, especialização em Direito Privado Patrimonial pela PUC-Rio, Especialização em Direito Imobiliário pela UCAM e Especialização em Direito Processual e Direito Civil pela UCAM Professor dos programas de pós-graduação, extensão e cursos da PUC-Rio, EMERJ, NUFEI/ABADI e ESA/RJ. Diretor de Assuntos Legislativos da ABAMI. Vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/RJ.</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/5971799409212650</p> <p>José Roberto Mello Porto Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutor e Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Direito Privado pela Universidade Cândido Mendes. Presidente da Comissão de Estudos em Processo Civil da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro. Ex-assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2020/2021).</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/2996357724426183</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada, além do módulo de ambientação e o módulo da atividade final.</p> <p>Nos módulos haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, um encontro síncrono, duas videoaulas de 30 minutos cada, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa.</p> <p>Cada módulo abordará a temática apresentada, sempre direcionada a atividade judicante e visando a construção do conhecimento coletivo através da troca de experiências.</p> <p>No módulo de ambientação haverá um fórum de apresentação destinado a avaliação diagnóstica. Os alunos serão incentivados a postar post explicando o objetivo no curso.</p> <p>No módulo 01 a 03 serão duas videoaulas de 30 minutos cada, um encontro síncrono e será utilizado fórum de discussão e uma atividade questão formativa para análise de caso concreto.</p> <p>Como ferramenta de avaliação final será utilizado um <i>reaction paper</i>, abordando a percepção do aluno em relação aos aspectos que apreendeu ao longo do curso, além das avaliações de reação e das aulas.</p>

	Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma divertida e participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso.
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO	
Período: de 09/06 a 10/06	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).
Módulo 1	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO: Locações e Condomínio Edifício</p> <p>Duas Vídeo aulas (30 minutos cada) - 1h Conteúdo programático: Locações e Condomínio Edifício na Jurisprudência Docente: Carlos Gabriel Feijó de Lima</p> <p>Encontro síncrono (1h30min) Dia e horário: 16/06 das 11h às 12h30min Conteúdo programático: Locações e Condomínio Edifício na Jurisprudência Docente: Carlos Gabriel Feijó de Lima Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1h30min); Questão formativa para análise de caso concreto (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade Questão formativa, momento em que o aluno será avaliado se compreendeu e assimilou as questões processuais e práticas do acerca do tema do módulo.</p> <p>Leitura obrigatória: (1 hora) REsp 1.819.075 REsp 1.783.076 REsp 1.699.022 REsp 1.483.733 REsp 1.280.871</p>
Período: de 11 a 17/06	
Carga horária: 06 horas	

	<p>Súmulas 549, 486, 335, 214</p> <p>Tema repetitivo 708</p>
<p>Módulo 2</p> <p>Período: de 18 a 24/06</p> <p>Carga horária: 06 horas</p>	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO: Incorporação Imobiliária</p> <p>Duas Vídeo aulas (30 minutos cada) - 1h Conteúdo programático: Incorporação Imobiliária na Jurisprudência Docente: Cristina Serra Feijó</p> <p>Encontro síncrono (1h30min) Dia e horário: 23/06 das 11h às 12h30min Conteúdo programático: Incorporação Imobiliária na Jurisprudência Docente: Cristina Serra Feijó Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.)</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1h30min); Questão formativa para análise de caso concreto (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade Questão formativa, momento em que o aluno será avaliado se compreendeu e assimilou as questões processuais e práticas do acerca do tema do módulo.</p> <p>Leitura obrigatória: (1 hora) REsp 1.551.956/SP REsp 1.599.511/SP REsp 1.897.867/CE REsp 1.918.648/DF REsp 1.631.485/SP REsp 1.614.721/SP REsp 1.729.593/SP REsp 1.635.428/SC REsp 1.498.484/DF REsp 1.551.951/SP</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período: de 25/06 a 01/07</p>	<p>TEMA GERAL DO MÓDULO: Tutela Possessória e Usucapião</p> <p>Duas Vídeo aulas (30 minutos cada) - 1h Conteúdo programático: Tutela Possessória e Usucapião na Jurisprudência Docente: José Roberto Mello Porto</p>

<p>Carga horária: 06 horas</p>	<p>Encontro síncrono (1h30min) Dia e horário: 30/06 das 11h às 12h30min Conteúdo programático: Tutela Possessória e Usucapião na Jurisprudência Docente: José Roberto Mello Porto Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.)</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1h30min); Questão formativa para análise de caso concreto (1 hora). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários e da realização da atividade Questão formativa, momento em que o aluno será avaliado se compreendeu e assimilou as questões processuais e práticas do acerca do tema do módulo.</p> <p>Leitura obrigatória: (1 hora) https://www.irib.org.br/obras/posse-usucapião-e-justo-titulo-consideracoes-a-luz-do-novo-codigo-civil https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/173/edicao-1/acao-de-usucapiao</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período: de 02 a 04/07</p> <p>Carga horária: 02 horas</p>	<p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso</p> <p>Avaliação das Aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>
<p>AValiação</p> <p>(Total 100 pontos)</p>	<p>Aulas síncronas (10 pontos cada) – 30 pontos</p> <p>Fóruns de discussão (10 pontos cada) – 30 pontos</p> <p>Questão formativa 1 e 2 (10 pontos cada) – 20 pontos</p> <p>Questão formativa 3 – 20 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.

7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.

ASSINATURAS

Coordenador(a) do curso

Diretor(a) da DIAPE-DEAMA

Diretor(a) do DEAMA-EMERJ

Diretor(a)-Geral da EMERJ